



A Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará, divulga a presente lista de livros que passam a fazer parte de seu acervo.

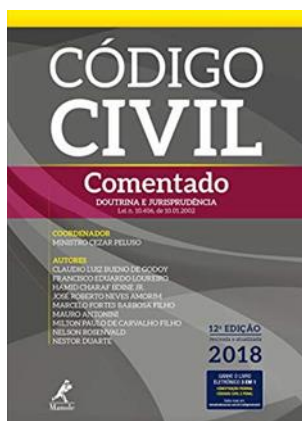
Se houver algum livro de interesse, teremos o prazer em receber sua visita.

**Atualizado em 19/10/2018**



AZEVEDO, Marcelo et al. (Coords.). **Direito da mineração: questões minerárias, ambientais e tributárias**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017. 916 p.

Esta obra nasce pela necessidade cada vez mais premente de se interpretar situações práticas vivenciadas pelas empresas de mineração, sob a ótica interdisciplinar; isto é, não apenas pelo Direito Minerário, Ambiental ou Tributário, e sim pelo Direito da Mineração. Nosso trabalho consistiu em levantar os temas mais carentes de produção doutrinária, sendo boa parte deste estudo composto por artigos que se debruçam de forma pioneira sobre problemas sensíveis na mineração. Para tanto, convidamos profissionais que vivenciam o cotidiano da atividade mineral, aliando essa experiência prática à sólida formação acadêmica. É isso o que possibilita produzir conhecimento em face dos problemas que a vida apresenta. Com a objetividade que tanto prezamos, esperamos que esta obra cumpra seu papel: ser útil àqueles que vivenciam o dia a dia da mineração.



PELUSO, Cezar (Coord.). **Código civil comentado**: doutrina e jurisprudência. Lei n. 10.406, de 10.01.2002. 12. ed., rev. e atual. Barueri, SP: Manole, 2018. 2338 p.

O Código é comentado por vários autores, artigo por artigo e de maneira objetiva, com remissão jurisprudencial, quando cabível, além de enfrentar, nos limites do que é seu intento, as questões polêmicas suscitadas pela reforma da legislação, de modo que propicie ao leitor um manancial mais rico de atuação diante dos litígios cobertos pela incidência da codificação civil. Enfim, tem-se o propósito de oferecer ao profissional do Direito um exame crítico do Código Civil e um material atualizado. Esta edição conta com as alterações dadas pelo novo Código de Processo Civil (Lei n. 13.105/2015) e pelas Leis ns. 13.465, 13.509 e 13.532, todas de 2017.



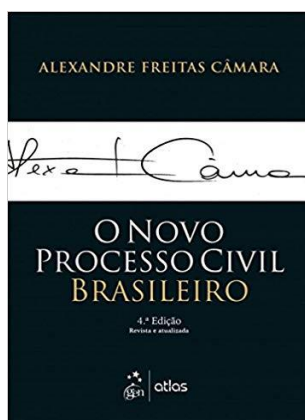
CUNHA, Leonardo Carneiro da. **A fazenda pública em juízo**. 15. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018. 941 p.

Esta obra, que chega à sua 15ª edição, trata das prerrogativas da Fazenda Pública e das normas que regulam os processos judiciais que a envolvem, como a intimação pessoal, os prazos, os honorários, as despesas, as multas, a intervenção anômala e a denunciação da lide contra o agente público. Além disso, traz um estudo sobre a execução contra a Fazenda Pública, a execução fiscal, a ação monitória contra e pelo referido ente público, o mandado de segurança, a suspensão de segurança, a desapropriação, a reclamação, os Juizados Especiais Federais e os Juizados Especiais da Fazenda Pública. Ademais, o livro versa sobre o julgamento das causas repetitivas, os negócios jurídicos processuais e a arbitragem, a mediação e a conciliação envolvendo o Poder Público.

Também constam desta 15ª edição as novidades introduzidas pela Emenda Constitucional 99/2017, que, alterando regras introduzidas pela Emenda Constitucional 94/2016, trata do regime especial de pagamento de precatórios. Há, de igual modo, menção à Lei 13.466, de 12 de julho de 2017, que conferiu prioridade especial às pessoas com idade superior a 80 (oitenta) anos, esclarecendo se tal prioridade repercute na ordem cronológica dos precatórios.

O livro examina, então, as normas processuais aplicáveis aos processos e aos demais meios de solução de disputas que envolvem o Poder Público, destinando-se, primordialmente, a atender

aos interesses dos estudantes, dos profissionais e de todos aqueles que lidam com a Fazenda Pública em juízo.



CÂMARA, Alexandre Freitas. **O novo processo civil brasileiro**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2018. 568 p.

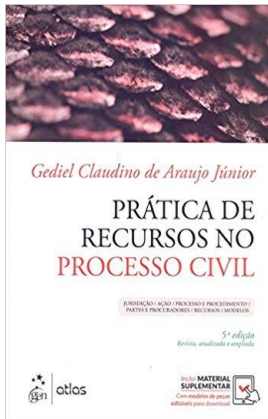
Trata-se de um manual de direito processual civil, inteiramente elaborado a partir do Código de Processo Civil de 2015. O autor buscou refletir sobre todos os temas que formam a base do direito processual civil brasileiro a partir da Constituição Federal e do CPC. Não é esta uma mera atualização ou tentativa de reconstrução de trabalhos escritos com base na legislação processual revogada, mas um livro que se propõe a substituir a obra anterior de exposição sistemática do direito processual civil do mesmo autor, as Lições de Direito Processual Civil, que haviam sido escritas no final dos anos 1990 e foram repetidamente editadas até 2014.

Este livro, inspirado na clássica obra de mesmo título escrita nos anos 1970 pelo professor José Carlos Barbosa Moreira, descreve, de forma didática e em linguagem acessível (mas esmerada tecnicamente), todo o sistema processual civil brasileiro em vigor a partir de 2016.

Para alcançar seu objetivo, optou o autor por um texto corrido, sem notas de rodapé ou citações. Por isso mesmo é um manual, na mais precisa acepção do termo: um livro para se ter à mão, já que é destinado a proporcionar a compreensão do sistema.

O livro, dividido em duas partes (geral e especial), é composto por 23 capítulos, que correspondem aos grandes temas do direito processual civil, desde suas normas fundamentais até o modo como se desenvolvem os processos nos tribunais.

Obra recomendada para cursos de graduação e pós-graduação, bem como para profissionais do Direito (advogados, magistrados, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública), já que não se limita a uma visão teórica, mas busca apresentar soluções para os problemas que podem resultar da aplicação prática da legislação.



ARAUJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. **Prática de recursos no processo civil**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2018. 408 p.

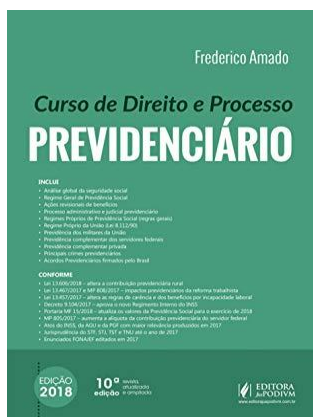
O fundamento primário dos recursos, lato sensu, deve ser atribuído à natureza humana, dominada, como é cediço, por inato sentimento de inconformismo, seja quanto aos limites naturais, seja quanto aos limites criados pelo próprio homem.

No direito, esse sentimento torna absolutamente inaceitável uma decisão judicial única, que, invariavelmente, parecerá ao vencido como autoritária e injusta. Não bastasse essa natural demanda humana, os juízes, pessoas que são, estão sujeitos a perpetrar erros, ou, o que é pior, a sucumbir diante de razões menos nobres, mas não menos humanas.

Dentro dessas perspectivas, o recurso procura atender à necessidade humana de revisão da decisão desfavorável, bem como garantir o acerto, dentro do possível, da decisão judicial. Destarte, o recurso pode ser conceituado como o direito, a faculdade, que a parte vencida, no todo ou em parte, tem de provocar o reexame da decisão judicial, com escopo de sua reforma ou modificação por órgão hierarquicamente superior.

Muitos atribuem ao atual sistema recursal grande parte da culpa pela conhecida lentidão da justiça brasileira. Critica-se principalmente o excesso de recursos. Não se nega a necessidade de ajustes, mas os problemas da justiça brasileira são bem mais abrangentes e envolvem, inclusive, aspectos culturais.

Além de atender a uma necessidade natural dos litigantes, como se disse, é inegável a importância do sistema recursal para garantir o acerto das decisões judiciais; tal fato fica evidente ao se considerar a grande quantidade de decisões que são revistas pelos nossos tribunais; ou seja, antes de se limitar os recursos há que se discutir como melhorar a qualidade das decisões do juiz de primeiro grau.



AMADO, Frederico. **Curso de direito e processo previdenciário**. 10. ed., rev., atual. e ampl. Salvador: Juspodivm, 2018. 2298 p.

CONFORME

- Lei 13.606/2018 - altera a contribuição previdenciária rural
- Lei 13.467/2017 e MP 808/2017 - impactos previdenciários da reforma trabalhista

- Lei 13.457/2017 - altera as regras de carência e dos benefícios por incapacidade laboral
- Decreto 9.104/2017 - aprova o novo Regimento Interno do INSS
- Portaria MF 15/2018 - atualiza os valores da Previdência Social para o exercício de 2018
- MP 805/2017 - aumenta a alíquota da contribuição previdenciária do servidor federal
- Atos do INSS, da AGU e da PGF com maior relevância produzidos em 2017
- Jurisprudência do STF, STJ, TST e TNU até o ano de 2017
- Enunciados FONAJEF editados em 2017

#### INCLUI

- Análise global da seguridade social
- Regime Geral de Previdência Social
- Ações revisionais de benefícios
- Processo administrativo e judicial previdenciário
- Regimes Próprios de Previdência Social (regras gerais)
- Regime Próprio da União (Lei 8.112/90)
- Previdência dos militares da União
- Previdência complementar dos servidores federais
- Previdência complementar privada
- Principais crimes previdenciários
- Acordos Previdenciários firmados pelo Brasil

Esta obra foi desenvolvida para auxiliar a prática profissional previdenciária pelo advogado público e privado, juízes, procuradores, promotores, defensores e servidores dos órgãos previdenciários e do Poder Judiciário.